

A juventude quer a regulação das Big Techs: Carta do 1º Encontro Nacional de Comunicadores, Ativistas Digitais e Juventudes

Nós, jovens comunicadores, ativistas digitais, estudantes, militantes de movimentos sociais e culturais, reunidos no 1º Encontro Nacional de Comunicadores, Ativistas Digitais e Juventudes, realizado em São Paulo nos dias 23 e 24 de agosto de 2025, declaramos ao Brasil e ao mundo a urgência de uma comunicação verdadeiramente democrática, plural e comprometida com a justiça social.

Nossa geração cresceu em meio a ataques sistemáticos contra a democracia, como os promovidos pelo governo Bolsonaro, que desmontou políticas públicas de comunicação, fragilizou a mídia alternativa e estimulou a desinformação como método de disputa política. Esse contexto evidencia ainda mais a urgência de uma comunicação democrática e soberana.

Vivemos em um tempo marcado pela hegemonia das Big Techs e por uma concentração midiática que distorce a realidade, silencia vozes e fortalece interesses econômicos que não representam o povo brasileiro. Essa estrutura, sustentada pela lógica do lucro e pela exploração de dados, compromete a soberania informacional e submete a sociedade a mecanismos opacos de controle algorítmico. A desinformação, alimentada por esses mesmos sistemas, corrói a democracia, aprofunda desigualdades e ameaça direitos fundamentais.

Diante desse cenário, reafirmamos que a juventude não é apenas público consumidor de informações, mas sujeito ativo de transformação. Nossa comunicação é resistência, é criação e é prática política. Reunidos neste encontro, construímos coletivamente caminhos para uma nova ecologia midiática, sustentada nos valores de solidariedade, diversidade, acessibilidade e soberania popular.

Democratização da comunicação e soberania digital

Reivindicamos o fortalecimento das mídias alternativas, comunitárias e públicas como pilares de uma democracia real. Essas plataformas, muitas vezes invisibilizadas, são fundamentais para garantir que a pluralidade brasileira se expresse.

Entendemos, no entanto, que a disputa de narrativas precisa ir além dos espaços já conquistados. É urgente ocupar também os meios de massa com uma perspectiva crítica, popular e comprometida com os interesses da maioria, rompendo o monopólio discursivo que hoje favorece os grandes grupos econômicos. Mais do que apenas discutir a aplicação de recursos, é preciso debater como geramos esses recursos. Defendemos, portanto, a criação de um fundo público de apoio às mídias alternativas, que garanta sustentabilidade e independência frente às pressões do mercado.

Defendemos a soberania digital como condição de independência e liberdade. O Brasil e a América Latina não podem ser reféns das infraestruturas tecnológicas controladas por potências estrangeiras. A ameaça constante de

bloqueios, sanções e manipulações por governos e corporações estrangeiras mostra que a dependência tecnológica é um risco geopolítico. Exigimos políticas públicas de Estado que invistam em ciência, tecnologia e inovação nacionais e de ecossistemas digitais descentralizados.

Enfrentamento à desinformação e regulação das Big Techs

Denunciamos que as grandes plataformas digitais não são neutras: são atores políticos que concentram poder, exploram nossos dados e lucram com a desinformação. A lógica da economia de cliques e da viralização de ódio precisa ser enfrentada com regulação séria, que responsabilize as Big Techs e proteja o interesse público.

As plataformas digitais têm lucrado de forma desproporcional durante os períodos eleitorais. Para reduzir a desigualdade no acesso à comunicação política e limitar o poder econômico sobre os processos democráticos, propomos o debate sobre um teto de custos para impulsionamentos de candidatos em redes sociais.

Defendemos políticas que assegurem a neutralidade da rede, o combate às práticas de zero rating e a garantia de acesso universal à internet de qualidade. Propomos o fortalecimento da educomunicação como ferramenta de formação crítica, capaz de empoderar comunidades frente à manipulação midiática.

Justiça climática, interseccionalidade e diversidade

Entendemos que a comunicação está no centro das lutas sociais. As vozes indígenas, negras, quilombolas, periféricas, LGBTIAPN+, feministas, anticapacitistas e populares precisam ser protagonistas da narrativa pública.

Reafirmamos que a justiça climática é indissociável da justiça social. A comunicação crítica e o ativismo digital devem ser instrumentos para enfrentar a crise ambiental, dando visibilidade às resistências dos povos originários e das juventudes que já vivem as consequências do colapso climático.

Juventude como sujeito de mudança

Este encontro demonstrou que as juventudes têm a potência de criar, inovar e transformar. Oficinas, mesas e hackathon revelaram a criatividade, a ousadia e a capacidade empreendedora dos jovens brasileiros. A economia criativa, quando aliada à economia circular e ao compromisso ético, pode se tornar uma força de transformação social, ampliando horizontes de trabalho, renda e cultura.

Reconhecemos ainda o papel fundamental das entidades estudantis, como UNE, UBES e ANPG, que historicamente organizam a juventude brasileira em defesa da democracia, da educação e da soberania nacional. A cooperação com essas entidades deve ser estruturada como parte de nossa estratégia coletiva.

Exigimos que políticas públicas de juventude incluam a democratização da comunicação e o acesso às tecnologias como eixos centrais. A luta por conectividade significativa deve caminhar lado a lado com o direito à educação, à cultura e à participação política.

Compromissos e próximas ações

A partir das discussões e experiências vividas neste 1º Encontro Nacional, assumimos os seguintes compromissos coletivos:

1. **Consolidar uma Rede Nacional de Jovens Comunicadores e Ativistas Digitais**, que articule experiências locais e nacionais, fortaleça as mídias alternativas e construa estratégias conjuntas contra a hegemonia das Big Techs.
2. **Promover campanhas permanentes de educação midiática e combate à desinformação**, envolvendo escolas, universidades, coletivos culturais e comunidades de base.
3. **Defender políticas públicas de comunicação e soberania digital**, pautando o Congresso Nacional, os governos estaduais e municipais, e atuando junto a conselhos, fóruns e conferências.
4. **Construir pontes latino-americanas**, articulando juventudes, comunicadores e movimentos sociais do continente, para enfrentar conjuntamente os desafios geopolíticos e tecnológicos.
5. **Garantir acessibilidade e inclusão digital** em todas as iniciativas, assegurando que pessoas com deficiência, populações rurais e comunidades periféricas tenham voz ativa e protagonismo.
6. **Realizar hackathons em universidades**, especialmente em universidades públicas e institutos federais, ampliando a criatividade tecnológica da juventude.
7. **Promover atividades voltadas ao debate sobre a pejetização e precarização do trabalho jornalístico**, tanto em ações específicas e próximos eventos realizados quanto na programação do próximo EJUV.
8. **Ampliar as ações de educação midiática**, incluindo a dimensão de **educação e letramento digital**, para fortalecer o manejo crítico das tecnologias por grupos vulnerabilizados.
9. **Implementar atividades periódicas de capacitação técnica**, aprofundando os conteúdos e metodologias discutidos neste encontro, em formato online e com indicativo de realização mensal.
10. **Organizar atividades periódicas de discussão política**, também online e com indicativo mensal, para alinhamento de lutas e construção conjunta de estratégias.

Este encontro é apenas o começo. Somos a geração que se recusa a aceitar um futuro controlado por algoritmos de corporações estrangeiras. Somos a geração que ousa imaginar e construir uma comunicação soberana, democrática e popular.

A partir de São Paulo, com o legado do Barão de Itararé e das lutas de nossa história, afirmamos: **não haverá democracia sem democratização da**

comunicação. Não haverá soberania nacional sem soberania digital. E não haverá justiça social sem justiça informacional.

Seguiremos em rede, em movimento e em luta.

São Paulo, 24 de agosto de 2025.